

**HISTÓRIA DAS MULHERES E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: UM OLHAR
SOBRE A REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA**

Benedito Inácio Ribeiro Junior
Doutorando em História UNESP-Assis
Professor Assistente I da Faculdade de Administração de Santa Cruz do Rio Pardo
Bolsista CAPES
beneditoinacioribeiro@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como foco analisar os artigos publicados na *Revista Brasileira de História* que tiveram como objeto as mulheres e as relações de gênero. O intuito é perceber, a partir das reflexões da História da Historiografia, como se desenvolveu, no interior da historiografia brasileira das quatro últimas décadas, um conjunto de discussões sobre mulheres e gênero. Este texto compreende que, nos números e dossiês publicados na revista, há dois momentos distintos: um que vai de 1985 até meados de 1990 e outro que se dá entre meados da década de 90 e 2013.

Palavras-chave: Historiografia brasileira; mulheres e relações de gênero; Revista Brasileira de História.

Nenhum campo intelectual pode prescindir de sua própria história.
Mariza Corrêa

As discussões apresentadas neste trabalho estão inseridas nos resultados iniciais da pesquisa de doutorado intitulada *Adão e Eva tupiniquins: mulheres e relações de gênero na historiografia brasileira (1977-2013)*. A pesquisa tem como principal objetivo compreender como foi possível emergir no interior da historiografia brasileira uma série de trabalhos sobre as mulheres e as relações de gênero. O material privilegiado para empreender tal investigação são, substancialmente, teses e dissertações defendidas no atual modelo dos programas de pós-graduação, desde a instauração do mestrado e do doutorado na USP e do mestrado na UFF, em 1971, até o ano de 2013. Ao lado desse material, dossiês, coletâneas, periódicos e anais de eventos acadêmicos também foram elencados como fontes da pesquisa.

No que diz respeito aos periódicos, três deles foram selecionados como documentação para análise de tal objeto: a *Revista Brasileira de História* (Associação Nacional de História, ANPUH), a *Revista Estudos Feministas* (Universidade Federal de

Santa Catarina, UFSC) e os *Cadernos Pagu* (Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp). A escolha de tais revistas não é aleatória, apesar de arbitrária. A *Revista Brasileira de História* – daqui em diante referida apenas como *RBH* – se tornou um importante local de reflexão historiográfica no país, como têm afirmado os historiadores que se dedicam a estudá-la.¹ Além disso, a ANPUH e sua revista são lembradas por importantes historiadoras das mulheres e das relações de gênero no país como lugares significativos para veiculação de suas pesquisas e consolidação de um campo de estudos nessa área (PEDRO; SOIHET, 2007; POSSAS, 2014). No que tange aos *Cadernos Pagu* e à *Revista Estudos Feministas*, elas destacam-se no cenário nacional por congregarem, desde a década de 1990, artigos, resenhas, entrevistas e documentos acerca das mulheres, dos estudos feministas e de gênero. Sendo os dois periódicos de caráter interdisciplinar, pode-se verificar como se deu a presença de historiadores e historiadoras no debate com outras áreas do conhecimento.

A historiografia brasileira, nas últimas décadas, firmou-se a partir de programas de pós-graduação e muitos deles criaram e consolidaram suas revistas, divulgando não só pesquisas do próprio programa, mas também de fora dele. Periódicos de associações profissionais e de pesquisadores – como é o caso da *RBH* – e aqueles vinculados a grupos ou institutos de pesquisa específicos, do mesmo modo, colaboraram para a divulgação, reconhecimento e entronização de determinados tópicos de pesquisa historiográfica. Assim, pode-se afirmar que as revistas acadêmicas de História podem ser fundamentais para o estudo da História da Historiografia brasileira, levando-nos a refletir sobre os temas, objetos, conceitos, métodos e fontes em voga em tal ou qual período e/ou instituição; mas também para informar redes de diálogo e de confronto entre tendências historiográficas; para perceber linhas de adesão e exclusão; para inferir consensos de autoridade e referências estabelecidas; para apurar a forma pela qual o conhecimento histórico cria suas relações entre historiadores e instituições; por fim, possibilitam rever que formas de se fazer história são bem-vindas dentro do debate

¹ Ver, em especial, MELO, 2000 e SANTOS, 2018. De acordo com Ricardo Melo, a *RBH*, sendo o “Principal meio de divulgação da Associação Nacional de História [...]” – a mais notável associação de historiadores do Brasil – materializou em seus números e volumes “[...] práticas de grupos importantes de pesquisadores vinculados às mais renomadas instituições acadêmicas do país, que mantiveram contato com inovações externas e exerceram influência na formação de profissionais e nos embates da área.” (MELO, 2000, p. 31-32).

instituído pelo próprio periódico (BENTIVOGLIO, 2017). Tendo isso em vista, este trabalho se dedica a compreender de que maneira os estudos sobre as mulheres e das relações de gênero foram realizados por historiadoras e historiadores, nacionais ou não, a partir dos textos publicados na *RBH*. As discussões sobre mulheres e gênero estão disseminadas em seus diversos números, além de ter dois dossiês exclusivamente dedicados ao tema: os dossiês *A mulher no espaço público* (v. 9, nº 18, 1989) e *História e gênero* (v. 27, nº 54, 2007).

Desde 1981, ano da fundação da *RBH*,² até 2013, ano em que se encerra o recorte desta pesquisa, foram mapeados 55 textos que tratam da história das mulheres e do gênero. Dentre eles, 45 são artigos, 3 são balanços e 7 são resenhas. Aqui não se contabilizaram os 11 textos presentes no dossiê *Família e grupos de convívio* (v. 9, nº 17, 1988/1989), nem os demais textos que versaram exclusivamente sobre o tema da família. Apesar de possuir relações com a formação do campo da história das mulheres e, de uma forma ou de outra, apresentar dados sobre a vida e a história das mulheres, decidiu-se excluir tal conjunto de textos da análise aqui apresentada por dois motivos: por um lado, demandaria uma análise muito extensa, não sendo comportada neste trabalho; por outro, entende-se que trata-se de outro objeto (História da Família), com preocupações próprias e debates, em parte, diferentes.³

Pela a análise dos textos selecionados, conseguiu-se identificar dois períodos dentro da *RBH* no que concerne aos estudos de gênero e das mulheres. Esses dois períodos ou momentos não são ensimesmados, impenetráveis ou apresentam drásticas

² Para discussões mais aprofundadas sobre o momento de fundação da revista, seus fundadores e as práticas intelectuais e políticas envolvidas nesse processo, ver BESSA, 2000 e SANTOS, 2018. Muitas das discussões trazidas aqui neste texto se aproximam daquelas produzidas na tese de SANTOS, 2000.

³ No desenrolar da pesquisa para a escrita da tese pretende-se entender melhor as relações entre os campos da História da Família e da História das Mulheres, uma vez que o primeiro parece ter desbravado caminhos para a emergência do segundo. Poder-se-á também inferir se o diagnóstico que Michelle Perrot fez acerca do cenário francês poderia ter ocorrido, *mutatis mutandis*, no Brasil. Para Perrot, houve resistência em pensar a história das mulheres na França, pois, entre outros motivos, os positivistas privilegiavam o aspecto político – a historiadora cita Langlois e Seignobos para caracterizar o substantivo “positivistas” – e os historiadores dos *Annales* – Lucien Febvre, Marc Bloch, Ernest Labrousse e Fernand Braudel são citados – davam atenção ao primado econômico e social. Isso não favorecia, em nenhum dos casos, “[...] a inclusão da dimensão sexuada da história. A ‘Nova História’, como se designa a terceira geração, mostrou-se muito mais aberta, mas sobretudo por um cuidado antropológico de reintegrar família como grupo humano fundamental.” (PERROT, 1994, p. 24). Talvez, pensar a hipótese de que a História das Mulheres no Brasil tenha a História da Família como uma de suas condições de possibilidade, seja uma hipótese bastante frutífera.

rupturas, mas foi possível mapear algumas características predominantes em cada um deles que se diferenciam umas das outras. O primeiro momento se dá entre 1985 e meados da década de 1990; o segundo entre meados de 90 até 2013.

Primeiro momento

O primeiro artigo que aparece na *RBH* tendo a mulher como objeto parece ser um importante indício de como se darão as discussões iniciais sobre mulheres e gênero no periódico: é o artigo *Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivência de libertos, “galegos” e mulheres pobres*, dividido entre Sidney Chalhoub, Gladys Ribeiro e Marta Abreu Esteves, publicado em 1985 (v. 4, nº 8/9, 1984/1985). Nele, os autores apresentaram resultados e discussões de suas pesquisas individuais de mestrado e doutorado, buscando reconstruir a cena cotidiana das populações pobres na cidade do Rio de Janeiro, numa abordagem da condição de escravos e libertos, do cotidiano de imigrantes portugueses e dos crimes sexuais. A mulher apareceu, em tal artigo, como a pobre, a trabalhadora, a amasiada, que precisa ser disciplinada e normalizada para atender aos ideais da sociedade burguesa que estava se impondo na cidade. O texto se trata de um indício, pois, nos artigos que se seguiram na *RBH*, o tema da mulher de classes populares, trabalhadora, por vezes prostituída, por vezes ex-escrava ou imigrante, repetiu-se na maioria dos trabalhos que foram publicados acerca da mulher até meados da década de 1990.

O recorte privilegiado no primeiro momento é o Brasil, especialmente as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, entre o fim do império e todo o período da primeira república, especialmente relacionado aos temas da transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Assim, os temas da criminalidade, do trabalho, do confinamento, da higienização, da medicina social conferem à história da mulher aí praticada conceitos como disciplinarização, normalização, obediência e resistência. Não à toa, para pensar os objetos de estudo nessa década, é comum a utilização das obras de Jurandir Freire Costa, em especial *Ordem médica e norma familiar*; de Michel Foucault, tais como *Vigiar e punir* e *História da sexualidade I*; e *Do cabaré ao lar*, de Margareth Rago.

Essas características pautaram também a maior parte dos artigos do dossiê *A mulher no espaço público* (v. 9, nº 18), publicado em 1989, com organização de Maria

Stella Bresciani. Os textos aí publicados contaram com a autoria não só de historiadoras, mas também de antropólogas (Marisa Corrêa e Cláudia Fonseca) e uma socióloga (Elisabeth Souza-Lobo). Como bem sintetizou Karla Bessa (2000) em sua tese de doutorado, os artigos desse dossiê buscaram entender e abordar o cotidiano feminino, a prostituição, a arte e a literatura femininas, hierarquias sexuais e de classe, adultério, política, pobreza, sexualidade, medicina, psiquiatria e a família. Na apresentação do dossiê, Stella Bresciani aponta, em tom de denúncia que a racionalidade moderna teria reduzido a cidadania a uma parcela bastante reduzida de homens: os proprietários. Assim, homens não proprietários, escravos e mulheres veriam a eles negados a condição primordial para alcance da cidadania: ser livre. Para Bresciani, o tema *A mulher no espaço público*, então, tratar-se-ia de uma história da exclusão e que a contrapartida dessa história seria a história de uma luta: “[...] a da mulher para se reconhecer e ser reconhecida como capaz de dominar os princípios da ética e da racionalidade da vida pública” (BRESCIANI, 1989, p. 7). Ao que parece, os artigos que se seguiram à apresentação foram fieis a esse chamado da organizadora: apresentaram mulheres que participaram da arena pública, mulheres que teriam participado de acontecimentos históricos e deles teriam sofrido as consequências, sejam como resistentes ou enquanto obedientes. O traço que marca os artigos de 1989 é da inserção das mulheres nessa história que as excluiu. Como é possível perceber, é a inserção dos excluídos na história que toma lugar nesse dossiê da *RBH*, embora a coletânea de textos de Michelle Perrot com mesmo nome ser citada apenas uma vez.⁴

Um texto do dossiê merece atenção especial: *Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX*, de Maria Clementina Pereira Cunha. É o único texto que refletiu de forma mais densa sobre as diferenças entre os sexos e sua relação com as hierarquias de classe e raça. Articulou a diferença na percepção da loucura pela psiquiatria e pela medicina às diferenças de gênero, ou seja, como homens e mulheres enlouquecem de acordo com as representações e expectativas de gênero. Mas também apontou como mulheres pobres e burguesas foram diagnosticadas de formas diferentes, assim como o tratamento dispensado às negras se

⁴ O trabalho de Perrot é citado no artigo *Nos bastidores da imigração: o tráfico de escravas brancas*, colaboração de Margareth Rago para o dossiê. Tal trabalho foi organizado por Stella Bresciani em 1988 e conta com uma coletânea de textos da historiadora francesa. Ver, na lista de referências, PERROT, 1988.

diferia daquele destinado às brancas. Talvez Maria Clementina estivesse adiantando os debates e temas que surgiram pós-meados dos anos 90 na *RBH*, especialmente nos anos 2000. A partir da segunda metade da década de 1990, as discussões se pautaram em boa parte na utilização da categoria gênero e se aproximaram mais da História Cultural, mais voltadas para temas como representação, subjetividades e interseccionalidade do que para aspectos sociais e econômicos. Mas há um *intermezzo*, um ponto de inflexão que pode elucidar o primeiro e o segundo momento apresentados neste texto. É a discussão que elucida um ponto de passagem do primeiro ao segundo momento que ocupa agora lugar neste texto.

Intermezzo

O volume 16 da *RBH*, correspondente aos números 31 e 32, publicado em 1996 traz dois artigos que podem ajudar no entendimento dessa inflexão. O primeiro deles é de Maria de Lourdes Mônaco Janotti, *Três mulheres da elite maranhense*. Apesar de não estar preocupado com mulheres pobres ou com aquelas que sofreram mazelas do confinamento, dos crimes sexuais e da prostituição, é possível ligar esse texto ligado às preocupações dos anos 80 e 90 pela seguinte razão: Janotti buscou, por meio de um requintado arsenal de fontes, mostrar como D. Marta Alonso Veado Alvarez de Castro Abranches, D. Emília Pinto Magalhães Branco e D. Anna Joaquina Jansen Pereira – mulheres de classes abastadas que viveram no Maranhão do século XIX – estiveram inseridas nos espaços públicos e atuaram na sociedade, conquistando espaço político e econômico próprio. Ou seja, a mulher, esse objeto que poderia ser o imigrante, o escravo, o operário, possui uma história.

Logo em sequência aparece o artigo *No cotidiano da boemia: o feminino, o masculino e suas relações em Lupicínio Rodrigues*, escrito por Maria Izilda Matos e Fernando Faria. Nesse segundo texto, os historiadores analisaram a construção da representação de perfis masculinos e femininos nas músicas de Lupicínio, procurando entender como tais representações circularam na sociedade dos anos 30, 40 e 50 do século XX. Para Faria e Matos, Lupicínio tentou cristalizar o ser homem e ser mulher em imagens fixas: de um lado o malandro que se torna o provedor da casa, mas sempre um boêmio apaixonado e, de outro, a dama da noite, a dona do bar, a rainha do lar, a

mulher de malandro que é sedutora e astuciosa. Nesse caso, a mulher aqui foi trabalhada diferentemente de como trabalhou Janotti, por dois motivos: 1) ela é construída em perspectiva relacional, sua identidade se dá no confronto e no diálogo com a identidade masculina; 2) ela não é uma mulher “real”, inserida em contextos sociais, políticos e econômicos, mas sim uma imagem que circula nesses ambientes.

Karla Bessa (2000) observa, com acerto, que mais que mostrar a pluralidade de abordagens e de temas presentes na *RBH*, o artigo de Maria de Lourdes Janotti e o de Maria Izilda Matos e Fernando Faria expressam os confrontos que se davam na década de 1990 acerca da História da Mulher e das Relações de Gênero. Se colhemos dois trechos desses textos, talvez isso se torne mais claro.

Ao encerrar seu texto, Janotti entrou em diálogo com Gianna Pomata, historiadora italiana radicada nos Estados Unidos, investigadora de questões de gênero e da mulher. Janotti afirma, a partir das reflexões de Pomata, haver uma:

Necessidade de romper com o círculo vicioso das análises sobre o domínio do feminino pelo viés das alegorias e dos conteúdos simbólicos, vinculando-o ‘a um contexto histórico específico, passo importante para sair do ideológico e mostrar as mulheres como seres sociais que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança.’ A pesquisa sobre o Maranhão do século 19, sem dúvida revela, como quer a autora [Gianna Pomata] ‘espaços femininos conquistados e não prescritos’” (JANOTTI, 1996, p. 245).

Por seu turno, Matos e Faria, também na conclusão de seu artigo, apontam:

[...] as imagens masculinas e femininas construídas nessas letras [as canções de Lupicínio] não só consolidam diferenças como mantêm hierarquias, são imagens de poder que explicitam visões mais voltadas para o ‘dever ser’ do que para o ‘ser’, num processo de construção dos perfis de comportamento de gênero regido por uma dinâmica de relações de dominação e exclusão. (MATOS; FÁRIA, 1996, p. 271).

E, ao tratar especificamente das masculinidades, completam:

[...] cabe destacar, no entanto, que não há uma masculinidade única, um modelo masculino universal, válido para todos os tempos e lugares. A masculinidade difere segundo época, classe social, etnia, idade e portanto não é uma essência, mas uma representação que tende a justificar a dominação masculina. (MATOS; FÁRIA, 1996, p. 271).

Segundo momento

Os artigos levantados que se seguem, depois de 1996, trabalharam cada vez mais com a categoria de gênero, ainda que a esmagadora maioria esteja interessada em pesquisar a mulher, a feminilidade e o feminismo. Também começaram a aparecer, pelo menos em citações, as obras de Joan Scott, em especial o clássico *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, traduzido e publicado pela revista *Educação & Realidade*, em 1995. Também os nomes de Linda Nicholson e Judith Butler vão aparecer timidamente, já no dossiê *História e gênero* (v. 27, nº 54, 2007).

No segundo momento, o recorte espacial e temporal se diversifica: emergem na *RBH* mais artigos analisaram os anos da segunda metade do século XX e também relacionados ao decorrer do século XIX e até mesmo do período colonial. O Brasil ainda aparece como o espaço primordial de análise, mas as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo dividem o lugar com as regiões do país, como o nordeste, o sul e Minas Gerais. Outros países da América Latina e, em menor medida, os Estados Unidos e a Europa aparecem timidamente.

Os trabalhos estrangeiros de historiadoras, sociólogas e antropólogas que pensavam a história da mulher e a reflexão teórica sobre gênero foram dando lugar aos textos das brasileiras, com destaque para Joana Maria Pedro, Margareth Rago, Rachel Soihet, Mary del Priore e Eni de Mesquita Samara. Contudo, para pensar temas mais gerais como cultura, representação, discurso, dentre outros, o número de textos de autores e autoras internacionais começou a se elevar. Isso pode sugerir duas coisas: 1) um maior estabelecimento da subárea de estudos da mulher e do gênero entre as brasileiras e 2) uma abertura maior para o diálogo com as reflexões internacionais acerca da história como um todo.

É interessante notar o uso que acabaram fazendo das obras de Foucault nesse período: não desaparecem *Vigiar e punir*, *História da sexualidade I* ou *Microfísica do poder*, mas aparecem obras da chamada terceira fase ou estética da existência: *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si*; *A hermenêutica do sujeito* e os *Ditos e escritos sobre ética, sexualidade e política*. É bastante interessante também perceber que no caso do dossiê *História e gênero*, Cristina Scheibe Wolff (2007) e Viviane Trindade Borges (2007) vão trabalhar com análise do discurso foucaultiano: a primeira para entender como os discursos das esquerdas latino-americanas são discursos de gênero, ou seja,

enunciam modelos e expectativas para homens e mulheres; e a segunda para abordar enunciados de gênero e posições de sujeitos em depoimentos de senhoras moradoras de um asilo.

Por fim, uma última palavra: é instigante como o balanço feito por Joana Maria Pedro e Rachel Soihet para o número 54 da RBH (*História e gênero*) interpreta os estudos historiográficos acerca das mulheres e do gênero: há um exercício de criar uma coerência entre a produção de obras desde 1984, com a publicação de *Quotidiano e poder*, de Maria Odila Dias, até o dossiê de 2007. Alocado como texto inaugural da seção *Estado da Arte*, o texto intitulou-se *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero* e, nele, as autoras buscaram registrar o surgimento de um campo de estudos na historiografia brasileira. O balanço deixou claro que não era a intenção mapear todas as obras que trataram do tema – o que seria realmente impossível –, mas isso não exime o texto de criar silêncios, como é o caso flagrante do nome de Esmeralda Blanco de Moura, que defendeu sua dissertação sobre mulheres e trabalho em 1977 e a publicou em livro em 1982. Esmeralda também publicou alguns artigos sobre história da mulher e da infância/adolescência, sendo dois deles na própria RBH. Ainda neste balanço, ao lembrar a RBH de 1989 – *A mulher no espaço público* –, Pedro e Soihet apontaram que não se tratava mais de reparar uma exclusão historiográfica, mas que o número de 2007 provava o fôlego do campo de estudos e a necessidade de afirmar a sua legitimidade frente às outras áreas da pesquisa histórica:

E é no bojo destas questões que estamos vendo ser publicada, pela segunda vez, uma *Revista Brasileira de História* dedicada à questão da História das mulheres e das Relações de Gênero. Dezoito anos depois de 1989, muita coisa mudou. O campo ficou mais definido. Mesmo assim, ainda exige atenção e esforço na busca de legitimidade acadêmica. (PEDRO; SOIHET, 2007, p. 296-297).

Ao que parece, a RBH não foi apenas a vitrine na qual se exibiam as pesquisas sobre história das mulheres e das relações de gênero no país. Foi um local em que emergiu confrontos no interior da disciplina histórica brasileira. Mas também foi um lugar privilegiado para produzir a memória e, então, construir uma identidade – com os

custos e silenciamentos acarretados em qualquer construção de memória e identidade – de uma área de estudos que integra a historiografia brasileira nas últimas décadas.⁵

Considerações finais

É preciso, no entanto, dizer que aqui se apontaram algumas tendências, para utilizar uma expressão de Ricardo Mello, também estudioso da *RBH*, no que tange ao objeto de uma pesquisa de doutorado ainda em andamento. Seria precipitado e até mesmo equivocado concluir que é em meados da década de 90 que gênero emerge na *RBH* ou que gênero substituiu a história das mulheres. Os dois modos de se fazer história estão presentes, de forma mais ou menos constante, durante os 28 anos que foram percorridos num olhar sobre o periódico. Nesse sentido, um corte cirúrgico não seria uma boa aposta para pensar esses dois momentos, mas o que pode se perceber é uma frequência maior do que se convencionou chamar de História das Mulheres no primeiro momento e, já no segundo momento, destacam-se a área comumente conhecida como História das Relações de Gênero. Ainda é cedo para afirmações mais fundamentadas. Falta também olhar mais atentamente para as teses e dissertações que foram produzidas neste mesmo período para perceber se essas interpretações que aqui se encontram acompanham de fato o que se está produzindo nos programas de pós-graduação. Além disso, poder-se-á verificar quais trabalhos não estão publicados na *RBH* e demarcar aí o que ficou de fora: quais debates, quais abordagens e quais historiadoras.

⁵ Há também, dentro das preocupações contemporâneas da História da Historiografia, um interesse na discussão da memória disciplinar, ou seja, da formação e construção de uma memória acerca do saber histórico. As reflexões de Turin (2013) e Guimarães (2005) ensaiam e instigam a preocupação com este tema, já que “Nossa própria disciplina tem a sua história, fruto de embates e tensões, disputas por memória, uma memória disciplinar que uma vez instituída tende a canonizar autores e obras constituindo o panteon dos nossos clássicos” (GUIMARÃES, 2005, p. 34) e, tal memória, “[...] em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado” (TURIN, 2013, p. 79). Não se intenciona aqui fazer um uso despropositado e pouco cuidadoso da reflexão sobre a memória disciplinar, emprestando ideias que foram gestadas para pensar uma disciplina: a História. Entretanto, Guimarães e Turin apontam para a necessidade de refletir sobre os processos que entronizam uma memória em trabalhos de história e, ao que indica a análise da *RBH*, isso pode ser uma aposta adequada para também pensar uma subdisciplina.

Referências

- BENTIVOGLIO, Julio. Revistas de história: objeto privilegiado para se estudar a História da Historiografia. IN: ARRAIS, Cristiano Pereira Alencar; BENTIVOGLIO, Julio (orgs.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milfontes, 2017. p. 7-30.
- BESSA, Karla Adriana Martins. *(Entre)cruzando histórias: gênero e historiografia brasileira (1961-1996)*. 231f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. Campinas, SP: 2000.
- BRESCIANI, Stella. Apresentação. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 18. p. 7-8, ago-set 1989.
- BORGES, Viviane Trindade. Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27 nº 54, p. 109-125. Dez. 2007.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 18. p. 121-144, ago-set 1989.
- GUIMARÃES, M. L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 37-48, jan/jun/2005.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Três mulheres da elite maranhense. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Contexto, v. 16, nº 31.32. p. 225-248, 1996.
- MELO, Ricardo Marques. *Tendências historiográficas na revista brasileira de história (1981-2000)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012. 126 f.
- PEDRO, Joana Maria; SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54. Dez. 2007.p. 281-300.
- PERROT, Michelle. Em que ponto está a História das Mulheres na França? *Revista Brasileira de História*. São Paulo ANPUH/Marco Zero, v. 14, nº 28, p. 9-27. 1994.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- POSSAS, Lídia Maria Viana. GT Estudos de Gênero/ANPUH: uma trajetória. Fato, acontecimento e memórias. (2001- 2014). *História Revista*. vol. 9. n. 2. 2014.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *A mulher no espaço público*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, n. 18. Ago/set. 1989.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *História e gênero*. São Paulo. v. 27; n.54. dez. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820070002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 06/12/2016, às 03h50min.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. *A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: Geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil. (1980-2012)*. 435 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SCHPUN, M. R. L’histoire des femmes et du genre au Brésil: enquête sur trois générations. *Clio – Femmes, Genre, Histoire*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, n.19, p.193-207, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. P. 71-99.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. Em: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

TURIN, R. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, dezembro, 2013, p. 78-95.

WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27 n° 54, p. 19-38. Dez. 2007.